

## Editorial

Prezadas(os) leitoras(es),

É no ritmo de realização do XIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (XIII Enabed, de 03 a 05 de setembro de 2024, na Universidade Federal de Minas Gerais em Belo Horizonte) que trazemos até vocês esta edição mais do que especial da Revista Brasileira de Estudos de Defesa (ABED).

Composta de um ensaio, três artigos de submissão regular à *RBED*, e duas resenhas, este número também conta com dez artigos que compõem o dossiê temático “Forças armadas, Estado e sociedade no Brasil: democracia frente a militarismos e militarizações”, coorganizado pelos professores Eduardo Heleno de Jesus Santos (Inest/UFF), Mariana Kalil (ESG/Ministério da Defesa) e Thiago Rodrigues (INEST/UFF), a quem já agradeço pela excelente parceria para a realização desta edição da *RBED*.

Como uma preparação para o conteúdo que se agora lhes apresentamos, abrimos este volume 11, número 2 (2024) com um ensaio de Fábio Freire intitulado “Operação Militar: uma leitura cultural do conceito para os dias de hoje”. Nele, Freire discorre acerca de aspectos culturais da militarização em curso, que busca reposicionar as forças armadas frente à sociedade, e atenta para o perigo de uma expansão das operações militares, que podem chegar a substituir a ordem civil em visão extrema. Essa visão, segundo o autor, é baseada em uma concepção de ethos heroico dos militares, que expande a visão de militares como heróis, mesmo em tempos de paz.

Na sequência, como primeiro artigo do dossiê temático, a professora Rut Diamint nos traz “New forms of militarization: socialization by the military”, no qual a autora trabalha um conceito que permeia grande parte das obras deste volume: a militarização. Diamint nos demonstra como as tradicionais formas de participação dos militares em meios políticos na América Latina, através de golpes de Estado, vem sendo substituída por novas formas de militarização da política, no que a autora denomina de “socialização pelos militares” (itálico meu). São ações, por parte das forças armadas, que assumem funções de atendimento direto à sociedade em temas não ligadas à defesa, ou que trazem uma falsa ideia de democratização, como a forma de inclusão das mulheres às forças. Tudo isto, segundo a autora, devido a frágeis relações civil-militares, de políticas públicas débeis e de uma manipulação do conceito de legitimidade política.

Tadeu Morato e Thiago Rodrigues trabalham, em “O projeto indigenista de Rondon como manifestação do ‘dispositivo pacificação’ no Brasil”, como as intervenções contínuas das forças armadas na política brasileira podem ser explicadas pelo conceito de dispositivo de pacificação. Usando a política indigenista desenvolvida pelo Marechal Rondon como estudo de caso, Morato e Rodrigues retomam a genealogia de Foucault e o conceito de poder tutelar e demonstram como as estratégias de assimilação e de trato harmonioso cumpriam um propósito de missão civilizatória na relação com os povos originários. A imagem do militar como agente conciliador nos tempos contemporâneos em pacificações vem dessa prática de Rondon, servindo como elemento chave para impulsionar o intervencionismo militar na vida política brasileira.

O artigo seguinte, “Controle Civil sob ameaça? Militarismo, Politização e Radicalização dos Militares no Brasil de Bolsonaro”, de Eduardo Heleno de Jesus Santos, Erika Kubik e Paulo Ribeiro da Cunha analisam duas hipóteses: uma, na qual o recente militarismo brasileiro é o resultado de uma grande mobilização política na caserna; e outra na qual o enfraquecimento do controle civil na crise política foi chave para o processo. Os autores concluem que o crescimento da popularidade de Jair Bolsonaro junto aos militares encontra paralelos com pode ser entendida como reação às tentativas de controle civil implementadas nas gestões do Partido dos Trabalhadores (PT).

Em nosso quinto trabalho, Samuel Alves Soares, Mariana da Gama Janot e David Succi Junior continuam explorando os efeitos deletérios para a democracia brasileira de um aumento da participação dos militares em funções não-precípua em “Expansão temporal do militarismo: captura do futuro no engajamento militar doméstico no Brasil”. Os autores nos apresentam que há uma variável para o militarismo brasileiro que é a questão temporal. Haveria duas temporalidades na forma pela qual as forças armadas atuam domesticamente no país: uma de longo prazo, que acaba fechando os olhos para visões alternativas; e uma de curto prazo, com as práticas de antecipação.

“Erosão democrática e militarização nos países ibero-americanos na última década”, de Paulo Roberto Cardoso, Alice Castelani e Gustavo Lima, amplia o nosso foco de análise para a militarização também nos demais países latinoamericanos nos últimos dez anos. Nele, os autores mensuram se houve aumento dos gastos militares naqueles países da região que viveram queda na qualidade de suas democracias entre 2012 e 2022. Com foco no Brasil, Chile e Uruguai, como representantes que tiveram queda na avaliação de suas democracias, e no Equador, que apresentou melhora nos índices democráticos, e concluem que o orçamento militar tem tendência de queda, mas são interrompidos em crises sociais. Concluem que as consequências para a democracia são nocivas, pois aumenta a possibilidade de atuação

contra direitos, quando a população é alçada ao posto de inimiga, além de diminuir a efetividade das forças armadas para suas atividades primordiais.

Guilherme de Souza e Piero Leirner retomam o olhar para a crise democrática brasileira com nosso sexto artigo, “Entre ‘patriotas’: dos acampamentos ao 8/1”. Souza e Leirner demonstram a formação de um campo discursivo à direita, que levou até a invasão das sedes dos três Poderes em Brasília no dia 08 de janeiro de 2023 na intentona golpista de apoiadores do ex-presidente Bolsonaro. Os autores demonstram que houve uma dubiedade proposital na cadeia de comando militar, entre inação e chancela das instituições militares aos pedidos de intervenção. Sugerem que a instituição militar contou com uma adesão voluntária de militares seduzidos pelo golpismo de um líder político que fomentava o radicalismo nos acampamentos, como forma de preservar a instituição. Ainda que o trabalho exceda o limite editorial previsto pela RBED, isto se dá com a anuência desta editoria, que compreendeu a necessidade de comprovação dos dados primários coletados.

No artigo seguinte, “O soldado-cidadão e o intervencionismo moderador na Primeira República: passado-presente”, Luciana Aliaga trabalha a complexa relação entre a elite militar e a política na República Velha brasileira. A autora trabalha esse relacionamento a partir de dois conceitos, de soldado-cidadão e de intervenção moderadora. Com a hipótese que a gênese da demanda contemporânea por intervenção militar tem sua gênese tanto em interpretação de eventos passados quanto do tempo presente. Segundo os autores, essa interpretação, no campo da interpretação e da linguagem, une eventos diversos, mas com semânticas compartilhadas pela cultura política.

Em “*Jointness* das Forças Armadas, profissionalização e democracia: o caso do Brasil”, de Eurico de Lima Figueiredo, Ricardo Cazumba e Roberta Melo, temos a apresentação de uma relação direta entre o *jointness* militar e a participação na política do país. Apesar da criação do Ministério da Defesa, há ainda um processo de resistência grande por parte dos militares, o que dificulta a integração das forças. Figueiredo, Cazumba e Melo engrossam o coro dos autores que vêm apontando sugestões de mudança na estrutura da Defesa brasileira como forma de atingir o profissionalismo militar. Analisando os aspectos organizacionais, operacionais, educacionais e doutrinários do *jointness* militar, os autores reafirmam que novas estruturas contribuiriam para o afastamento dos militares de assuntos políticos, o que daria suporte à consolidação democrática no Brasil.

Em nosso décimo trabalho, retomamos uma discussão conceitual sobre processos de militarização, tema que abriu este dossiê, desta vez analisando o fator autoritário de tecnologias de inteligência artificial (IA) em temas de segurança e defesa. Em “Da guerra à violência permanente: A Imanência

autoritária das tecnologias securitárias baseadas em IA”, Alcides dos Reis Peron nos demonstra como há características autoritárias que devem ser atentadas na formulação de políticas públicas baseadas em IA para ambientes domésticos. Quando embasam modelos de controle social em um contexto de contrainsurgência, as tecnologias abrem espaço para uma perda significativa de direitos.

Irene Cabrera, Marcial Suarez e Marília Pimenta contribuem, no último artigo do dossiê, “Hybrid governance and Violent Non-State Actors: examining the case of Brazil and Colombia”, para a compreensão de atores violentos não-estatais e as dinâmicas securitárias. Os autores nos apresentam como o crime organizado criou formas de governança locais e regionais que impactam em diferentes formas de violência, no que apresentam como um exemplo de governança híbrida. A violência tem uma raiz forte no papel desempenhado pelo Estado no Brasil e na Colômbia, e em como, ao mesmo tempo, há políticas para o emprego da lei, há formas de proteção do crime organizado transnacional.

Nas submissões regulares à RBED, o décimo-segundo trabalho desta edição, “Impactos da Estratégia Nacional de Defesa para a Indústria do setor”, faz uma importante avaliação da Estratégia Nacional de Defesa (END) ao longo do tempo. Juliano Cortinhas e Matheus Dalbosco fazem um exercício de avaliação da END como política pública ao longo de 15 anos, e mostram como, apesar dos avanços, houve limitações significativas, com temas até hoje não plenamente desenvolvidos ou implementados. Ao não solucionar os limites institucionais, a END tem ainda um limite dos efeitos positivos que poderia trazer para a democratização das políticas de defesa no Brasil. Isso não impede Cortinhas e Dalbosco de sugerirem um novo papel da END no debate sobre a defesa nacional no Brasil.

Como décimo-terceiro e último manuscrito deste número da *RBED*, Daniele Dionisio da Silva discute em “Governança oceânica para o Brasil: do global ao local, do meio militar ao civil” como a governança brasileira dos oceanos está bastante em linha com os níveis de análise internacional e nacional, mas que ainda traz problemas no nível local. A autora nos demonstra como o atual modelo privilegia a concentração decisória nas mãos da Marinha do Brasil, deixando poucos espaços para as iniciativas civis.

Fechamos o v. 11, n. 2 (2024) da *RBED* com duas resenhas. Na primeira delas, temos a leitura de Gills Vilar Lopes da obra “Emprego Militar do Espaço: operações espaciais, presente, passado e futuro”, de Luis Felipe de Moura Nohra (Dialética, 2023). Lopes nos apresenta como o espaço exterior segue um tema relevante na relação entre grandes potências, e como o domínio do espaço é um elemento de poder no século XXI. Não apenas explorado por civis, como por bilionários e suas empresas de exploração

espacial, a obra demonstra como a militarização do espaço é uma questão para os processos de segurança nacional e internacional. Lopes ainda reforça a importância de uma obra em português como referência para iniciar os estudos no campo de segurança, defesa e domínio do espaço aéreo.

Fechamos o v. 11, n. 2 (2024) da *RBED* com duas resenhas. Na primeira delas, temos a leitura de Gills Vilar Lopes da obra “Emprego Militar do Espaço: operações espaciais, presente, passado e futuro”, de Luis Felipe de Moura Nohra (Dialética, 2023). Lopes nos apresenta como o espaço exterior segue um tema relevante na relação entre grandes potências, e como o domínio do espaço é um elemento de poder no século XXI. Não apenas explorado por civis, como por bilionários e suas empresas de exploração espacial, a obra demonstra como a militarização do espaço é uma questão para os processos de segurança nacional e internacional. Lopes ainda reforça a importância de uma obra em português como referência para iniciar os estudos no campo de segurança, defesa e domínio do espaço aéreo.

A última resenha, assinada por Carlos Artur Gallo, gentilmente analisa o segundo volume da coletânea “Forças armadas e política no Brasil republicano: a Nova República (1988-2018)”, organizada por Maria Celina D’Araujo e por mim, Lucas Pereira Rezende (FGV Editora, 2024). Gallo chama a coletânea positivamente de uma iniciativa ambiciosa para pensar os militares e a sua relação com a República em dois volumes, indo desde 1889 até os dias atuais, no que o autor reforça alcançar o que a historiografia tem chamado de história do tempo presente. A resenha enfatiza que o objetivo da coletânea não era trazer explicações definitivas, mas levantar hipóteses produzidas por um notável grupo de acadêmicos do Brasil e do exterior - todos civis, mostrando que já existe uma sólida massa pensante civil no país capacitada a um debate sólido, abrangente, eficaz e eficiente, evidenciando um já longamente caduco e indevido protagonismo militar na defesa nacional brasileira.

Agradeço em especial a todas as autoras e autores que gentilmente escolheram a Revista Brasileira de Estudos de Defesa para a publicação de suas pesquisas, assim como ao trabalho dedicado de nossos editores-convidados na elaboração e condução dos trabalhos do dossiê temático que aqui lhes apresentamos - a quem convido, na sequência, a fazer um texto de apresentação do dossiê.

Uma boa leitura a todas(os)!

**Lucas Pereira Rezende**

Editor-Chefe da RBED

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte, 4 de setembro de 2024.